



UNIÃO DE FREGUESIAS DE MOIMENTA DA SERRA E VINHÓ

1 REUNIÃO ORDINÁRIA DE ASSEMBLEIA DE FREGUESIA

2 ATA N.º 2

3 Mandato 2025-2029

4 Aos vinte e sete dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e cinco, pelas dezasseis horas e
5 trinta minutos, na sala de reuniões da Junta de Freguesia de Vinhó, conforme previsto no Artigo
6 4.º da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro (Retificada pelas Declarações de Retificação n.º
7 4/2002, de 6 de fevereiro, e 09/2002, de 5 de março), Lei n.º 67/2007, de 31 de dezembro, Lei
8 Orgânica n.º 1/2011, de 30 de novembro e Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, reuniu em sessão
9 ordinária a Assembleia desta União de Freguesias, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

10 Ordem de Trabalhos

11 Período Antes da Ordem do Dia

- 12 1 Expediente
- 13 2 Intervenção dos Membros da Assembleia da Assembleia

14 Ordem do Dia

- 15 3 Apreciação da Informação Escrita da Senhora Presidente da Junta sobre a Atividade
- 16 da Junta de Freguesia
- 17 4 Apresentação, Discussão e Votação da Proposta de Orçamento e Plano Plurianual
- 18 de Investimentos para o ano 2026
- 19 5 Apresentação, Discussão e Votação do Mapa de Pessoal
- 20 6 Apreciação da Situação Financeira e Votação de Contas Transitadas do Anterior
- 21 Executivo

22 Período Depois da Ordem do Dia

- 23 7 Intervenção do Público

24 A sessão foi presidida por Nuno Gonçalo Pinheiro, Presidente da Assembleia de Freguesia, e
25 secretariada pela primeira secretária, Inês Basílio, e pelo segundo secretário, Luís Gonzaga.--

26 Verificou-se a presença de quórum, estando presentes todos os Membros da Assembleia da
27 Assembleia de Freguesia eleitos.-----

28 -----



UNIÃO DE FREGUESIAS DE MOIMENTA DA SERRA E VINHÓ

29 Esteve presente a Presidente da Junta de Freguesia, Eunice Lopes que participou nos debates
30 conforme previsto na legislação aplicável, sem direito a voto, assim como os restantes membros
31 do executivo Liliana Nogueira (Tesoureira) e Luís Gonçalo Lopes (Secretário).-----

32 **Período Antes da Ordem do Dia**

33 **1. Expediente**

34 Relativamente ao expediente, foi comunicado que não foi recebida qualquer correspondência
35 ou comunicação. O Presidente da Mesa solicitou autorização para gravação das sessões para a
36 estrita finalidade de redação das Atas, comprometendo-se finalizado o período necessário à
37 eliminação da respetiva gravação, tendo sido concedida a permissão por unanimidade.-----

38 De seguida, a Senhora Presidente da Junta de Freguesia, Eunice Lopes, solicitou também à
39 Assembleia que os pontos em votação fossem aprovados em minuta, para que houvesse efeito
40 imediato das deliberações. A Assembleia foi questionada sobre qualquer impedimento ou
41 oposição a este pedido. Não havendo qualquer impedimento por nenhum deputado da
42 Assembleia, o pedido foi aprovado por unanimidade.-----

43 **2. Intervenção dos Membros da Assembleia da Assembleia**

44 Abriu-se um período para intervenções dos Membros da Assembleia da Assembleia de
45 Freguesia, inscrevendo-se para falar os Membros da Assembleia Carlos Videira e Luís
46 Gonzaga.-----

47 Iniciou a palavra o deputado Carlos Videira, saudando todos os presentes e informando que se
48 encontrava na posição de deputado da Assembleia de Freguesia. Questionou se, na ordem de
49 trabalhos, estaria em falta a aprovação do Regimento da Assembleia de Freguesia e a Tabela
50 de Taxas, uma vez que normalmente, na primeira Assembleia de um novo mandato, estes
51 pontos são incluídos.-----

52 O Presidente da Assembleia respondeu que, desde a sua tomada de posse, tem tentado obter o
53 Regimento da Assembleia de Freguesia, tendo contactado o anterior Presidente da Assembleia.
54 Foi informado que o Regimento deveria estar na Junta de Freguesia, em formato papel ou
55 digital, mas não conseguiu localizá-lo. Esclareceu que a Assembleia está a reger-se pela
56 legislação base (Lei n.º 75/2013) até conseguir obter o Regimento. Comprometeu-se a incluir
57 este ponto na próxima reunião de Assembleia de Freguesia. Relativamente à Tabela de Taxas,
58 a Presidente de Junta informou ter apenas encontrado em formato papel as taxas relativas ao
59 ano 2024, sendo que na ata de aprovação das taxas do ano 2025 não se encontra nenhum anexo.
60 O deputado Carlos Videira informou a Senhora Presidente da Junta que poderiam ser
61 consultadas no site da Junta de Freguesia.-----

62 Foi dada a palavra ao deputado Luís Gonzaga, que saudou todos os presentes e expressou
63 satisfação com o envolvimento da população presente na reunião da Assembleia, considerando-
64 o bastante positivo. Indicou que teria várias perguntas a formular ao anterior executivo,
65 nomeadamente aos Membros da Assembleia Carlos Videira e Eduardo Trepado.



UNIÃO DE FREGUESIAS DE MOIMENTA DA SERRA E VINHÓ

66 **Questão 1:** Projeto de Reestruturação Urbana (Requalificação do Largo Prof. Pires das Neves
67 e área envolvente)-----

68 O deputado Luís Gonzaga perguntou sobre um projeto de reestruturação desta zona que foi
69 apresentado em junho de 2025, conforme Ata n.º 20 da Assembleia de Freguesia. Questionou
70 ainda onde se encontra esse projeto, se foi implementado, e se foi pago pela Junta de Freguesia
71 ou pela Câmara Municipal.-----

72 O deputado Eduardo Trepado respondeu que, inicialmente, o projeto era para ser elaborado
73 pela Junta de Freguesia, mas devido ao valor elevado do mesmo, a Câmara Municipal assumiu
74 a realização e o pagamento do projeto no valor aproximado de 6 mil euros. Explicou que o
75 projeto inicial era pequeno, com orçamento a rondar os 50 mil euros, mas através de reuniões
76 com o executivo da Câmara, decidiu-se fazer algo mais ambicioso e mais bonito. O projeto
77 evoluiu significativamente, ascendendo a cerca de 350 mil euros. A Junta não conseguiu
78 suportar estes custos crescentes, pelo que a Câmara terá assumido integralmente o projeto,
79 tendo prometido a sua realização ao anterior executivo.-----

80 **Questão 2:** Alegado Roubo de Cofre (18 de Agosto de 2025)-----

81 O deputado Luís Gonzaga perguntou sobre um alegado roubo de cofre que terá ocorrido em 18
82 de agosto na Junta de Freguesia de Moimenta da Serra, questionando se efetivamente existiu e
83 quais os valores roubados.-----

84 O deputado Eduardo Trepado respondeu que efetivamente em agosto, uma funcionária que
85 desempenhava funções no posto CTT o contactou telefonicamente dizendo que alguém tinha
86 assaltado a Junta. Quando o mesmo chegou ao local, verificou que, um cofre com um valor de
87 aproximadamente 900 euros destinados aos almoços do passeio, que iria ser realizado pela
88 Junta, tinha desaparecido. Neste seguimento, conversou com Carlos Videira, atual Presidente
89 da Junta, e em conjunto entenderam que não deveriam chamar as autoridades, assumindo a
90 Junta de Freguesia essa perda de valor.-----

91 O deputado Luís Gonzaga contra-argumentou dizendo que todos os roubos devem ser
92 comunicados às autoridades, mais ainda por se tratar de dinheiro público, reprovando a atuação
93 do executivo em funções.-----

94 **Questão 3:** Gestão da remuneração auferida pela secretária Maria João Lopes-----

95 O deputado Luís Gonzaga levantou questões relacionadas com a gestão da remuneração
96 inerente ao cargo de secretária de Junta de freguesia, após a renúncia ao cargo, bem como a
97 remuneração auferido pelo secretário Paulo Videira. Questionou ainda se os valores pagos a
98 título de ajudas de custo aos membros da junta de freguesia não ultrapassariam os montantes
99 legalmente previstos. -----

100 O deputado Eduardo Trepado respondeu que, quando Maria João saiu, entrou o Paulo Videira
101 contudo, este doou a sua remuneração, revertendo a totalidade do valor a favor da Junta de
102 freguesia, tendo esse dinheiro sido usado para obras públicas e despesas correntes. Esclareceu
103 que o referido secretário, apenas solicitava o reembolso de despesas de deslocação de Viseu



UNIÃO DE FREGUESIAS DE MOIMENTA DA SERRA E VINHÓ

104 para as sessões da Assembleia. Foi ainda esclarecido que o Presidente da Junta tem direito ao
105 vencimento a meio tempo no valor aproximado de 700 euros. Este valor terá sido dividido em
106 anos alternados entre o tesoureiro Eduardo Trepado e o Presidente Carlos Videira durante os
107 seus mandatos. -----

108 A senhora Presidente de Junta, após pedido de intervenção à mesa, referiu que o acordo deveria
109 constar em ata de Executivo e/ou de Assembleia, facto que não é possível confirmar.-----

110 **Questão 4:** Parceria com a Ana Filipa Correia (Junto ao caminho das Maçarocas)-----

111 O deputado Luís Gonzaga perguntou sobre uma parceria mencionada no Facebook da Junta de
112 Freguesia entre a Junta e a Ana Filipa, no caminho junto às Maçarocas, questionando em que
113 consistiu essa parceria. -----

114 O deputado Eduardo Trepado respondeu que se trata de uma zona pública, que se encontrava
115 cheia de silvas, e servia essencialmente para depósito de lixo junto ao terreno da Ana Filipa.
116 Visto que se encontravam a limpar o seu terreno, esta solicitou à Junta de Freguesia, se
117 poderiam também limpar aquele terreno contíguo, de forma a ficarem com toda a envolvimento
118 limpa, parceria à qual a Junta não se opôs. Em compensação deste trabalho, nomeadamente
119 pagar a uma máquina de limpeza, a Junta deu uma paleta de blocos para se fazer um muro
120 destes proprietários. Terá sido a troca realizada entre as partes. A parceria foi que a Filipa se
121 disponibilizou para ajudar, e a Junta, em troca, comprou uma paleta de blocos.-----

122 **Questão 5:** Obras de Cimentação da Quelha da Tia Germana-----

123 O deputado Luís Gonzaga perguntou sobre obras de cimentação realizadas numa determinada
124 zona em Moimenta (Quelha da Tia Germana) questionando o motivo de se realizar essa obra e
125 que intervenções teriam sido realizadas.-----

126 O deputado Eduardo Trepado respondeu que a obra foi solicitada por um morador. Trata-se de
127 um caminho público antigo para ir aos lavadouros, que o freguês em questão todos os anos
128 mantinha limpo sem o contributo da Junta. Nesse sentido, a Junta arranhou e cimentou o espaço
129 em frente à sua propriedade. Foi colocado cimento e guias para segurar o cimento, apenas isto.

130 O deputado Luís Gonzaga questionou se o caminho era público ou privado, e se qualquer
131 pessoa que quisesse passar naquele caminho conseguiria passar. O deputado Eduardo Trepado
132 respondeu que o caminho é público, é o caminho que era usado antigamente para os lavadouros.
133 Luís Gonzaga argumentou que o caminho está tapado muito antes dos lavadouros, e que a Junta
134 terá realizado a obra em propriedade privada. Eduardo Trepado contra-argumentou dizendo
135 que o caminho é público, assim como o portão que se encontra no local também terá sido a
136 Junta, há muitos anos atrás, a colocá-lo. O facto de as pessoas não passarem prende-se com o
137 terem deixado de cultivar naqueles terrenos.-----

138 **Questão 6:** Pagamento de trabalhos realizados-----

139 O deputado Luís Gonzaga perguntou se havia pessoas que faziam trabalhos para a Junta de
140 Freguesia e se esses trabalhos eram pagos com recibo ou de outra forma.-----

141 O deputado Eduardo Trepado respondeu que, na freguesia, em pequenas obras, era tudo pago
142 com fatura ou com fatura-recibo. Deu como exemplo o Sr. Joaquim e o Sr. Zé da Costa, que



UNIÃO DE FREGUESIAS DE MOIMENTA DA SERRA E VINHÓ

143 também fizeram pequenos trabalhos, tudo pago com faturas. O Sr. Zé tem uma empresa e passa
144 faturas, e o Sr. Joaquim porque trabalha para o Januário, seria a empresa deste a passar as
145 faturas referentes ao seu trabalho.-----

146 **Ordem do Dia**

147 **3. Apreciação da Informação Escrita da Senhora Presidente da Junta sobre a Atividade** 148 **da Junta de Freguesia**

149 Encerrado o período de intervenções dos Membros da Assembleia da Assembleia, passou-se
150 ao ponto seguinte da ordem do dia. O Presidente da Assembleia convidou a Senhora Presidente
151 da Junta de Freguesia, Eunice Lopes, a apresentar a informação sobre a atividade desenvolvida
152 pela Junta de Freguesia.-----
153 -----

154 A Senhora Presidente apresentou uma síntese da atividade desenvolvida durante o período
155 compreendido entre novembro e dezembro de 2025, indicando que o Executivo tem
156 desenvolvido uma atividade em várias frentes, com especial incidência na regularização de
157 processos administrativos e financeiros, no acompanhamento de obras e situações pendentes
158 herdadas do anterior executivo, bem como na resposta a solicitações dos fregueses e entidades
159 locais.-----

160 Foi esclarecido que o Executivo deparou-se, desde o início do mandato, com a inexistência de
161 documentação contabilística essencial por parte do anterior executivo. Perante esta situação,
162 deliberou restringir a realização de despesas às consideradas indispensáveis ao funcionamento
163 da União de Freguesias.-----

164 Foram enviados ofícios formais aos anteriores membros do executivo, solicitando o relatório
165 de prestação de contas e documentação associada, a qual apenas foi rececionada em 10 de
166 dezembro de 2025. Após a receção desses documentos, foi solicitada à plataforma Balcão
167 Express a exportação dos dados necessários para posterior submissão ao Tribunal de Contas.

168 Foi igualmente solicitado ao Município de Gouveia, o envio da conta-corrente com a União de
169 Freguesias, tendo sido confirmada uma dívida municipal no valor de 37.945,90 euros.-----

170 O Executivo deliberou assegurar maior rigor e transparência na gestão financeira, procedendo
171 à contratação de serviços de contabilidade organizada e à adoção de software específico de
172 gestão autárquica.-----

173 O Executivo reuniu com os funcionários da União de Freguesias, procedendo ao levantamento
174 da situação contratual e à definição de um plano de trabalho semanal, em particular no que
175 respeita aos serviços de limpeza urbana.-----

176 No âmbito do posto de atendimento dos CTT, foi identificada uma situação de irregularidade
177 financeira com uma dívida no valor de 3.257,89 euros, associada ao anterior executivo. A
178 Senhora Presidente apresentou um relatório entregue pelo anterior executivo, conforme Anexo
179 I, referindo que “A colaboradora Marta Isabel Costa iniciou funções no dia 5 de setembro de
180 2025. Sendo uma das suas tarefas o pagamento de faturas e recebimento em numerário para



UNIÃO DE FREGUESIAS DE MOIMENTA DA SERRA E VINHÓ

181 posteriormente ser depositado na conta da Caixa Geral de Depósitos associada ao CTT.
182 Inicialmente, os depósitos eram efetuados pelo Tesoureiro da Junta, mas posteriormente passou
183 a ser a própria colaboradora a efetuar estes depósitos. Para facilitar este processo, foi emitido
184 um cartão específico para a realização dos depósitos nas Caixas Automáticas do Banco”.-----

185 No final do mês de setembro, o CTT alertou para o facto da não existência de saldo suficiente
186 para liquidar as faturas. Face a esta situação, foi solicitada uma análise detalhada aos
187 responsáveis dos CTT, tendo, inclusive, ocorrido uma visita da responsável nacional para
188 esclarecer a origem da divergência.-----

189 A meio do mês de outubro, foi novamente solicitado ao CTT o envio dos detalhes dos
190 pagamentos. Após análise, indicou-se que os pagamentos haviam sido registrados no sistema,
191 pelo que a colaboradora deveria ter recebido o dinheiro. Perante estes factos, a colaboradora
192 foi confrontada com a situação admitindo ter cometido um erro, tendo perdido o dinheiro.-----

193 No sentido de se chegar a um acordo e reparar os danos causados a esta autarquia, evitando
194 uma ação disciplinar e judicial, foi combinado com a colaboradora a reposição da integralidade
195 dos valores em falta. O plano de reposição prevê que durante os 7 meses do contrato em falta
196 seja retido o valor de 465 euros mensalmente, recebendo apenas o valor de 574,13 euros, ao
197 longo dos 7 meses seguintes.”-----

198 Logo que o atual executivo teve conhecimento da gravidade da situação, imediatamente retirou
199 os terminais e cancelou todos os pagamentos recolocando a colaboradora em trabalho de
200 limpeza de rua, tal como previsto no contrato de trabalho celebrado com a junta de freguesia.
201 A Senhora Presidente indicou que o posto CTT encontra-se encerrado desde o início do
202 mandato, esperando que, se as coisas correrem bem, no início de janeiro será reaberto e estará
203 a funcionar regularmente com um funcionário.-----

204 A Senhora Presidente, nas pessoas do deputado Carlos Videira e do deputado Eduardo Trepado,
205 questionou o facto de não terem atuado de imediato tendo em conta que a situação já era do
206 conhecimento do seu executivo. Informou ainda que o acordo combinado com a funcionária
207 Marta Costa se trata de uma ilegalidade, tendo confirmado esta informação com consultoria
208 jurídica, e deixando ainda a questão ao anterior executivo sobre o que deveria agora ser feito,
209 tendo em conta que era tarde para iniciar um processo disciplinar e, tratando-se de uma
210 ilegalidade a retirada de valor mensal no vencimento da colaboradora.-----

211 O Executivo acompanhou as obras em curso, nomeadamente os calcetamentos em Vinhó, que
212 se encontram concluídos, embora subsista a necessidade de correção de uma grelha de
213 escoamento de águas.-----

214 Foram ainda analisadas várias situações reportadas pelos fregueses, como impedimentos no
215 acesso a uma residência junto à Casa Paroquial de Moimenta da Serra, pedidos de arranjo de
216 lancis, muros e caminhos, bem como problemas relacionados com drenagem de águas pluviais,
217 designadamente no Caminho das Maçarocas e em propriedades particulares, nomeadamente na
218 Quinta de Santo António. Algumas destas situações encontram-se dependentes de
219 esclarecimentos técnicos, cumprimento contratual por parte dos empreiteiros ou intervenção
220 de outras entidades como do Município de Gouveia e APdSE.-----



UNIÃO DE FREGUESIAS DE MOIMENTA DA SERRA E VINHÓ

221 O Executivo manteve contactos regulares com entidades públicas e associativas, destacando-
222 se a reunião com a Liga dos Amigos de Vinhó, no âmbito do processo de eventual doação do
223 polidesportivo, cuja concretização foi consensualmente adiada para 2026. Foram ainda
224 estabelecidos contactos com o Planalto Beirão, a APdSE e outras entidades, no seguimento de
225 pedidos relacionados com contentores de resíduos, ecopontos, redes de água e pavimentações.

226 O Executivo solicitou parecer a um advogado relativamente a situações herdadas do anterior
227 executivo, nomeadamente uma alegada irregularidade financeira (desvio de 3.257,89 euros)
228 envolvendo uma funcionária, uma coima aplicada pela ASAE no valor de 2.477 euros
229 relacionada com parques infantis, bem como um processo antigo relativo à construção de
230 caminhos rurais em Vinhó, cujo desfecho poderá implicar encargos significativos para a Junta
231 no valor superior a 90 mil euros acrescido de 4% ao ano de juros, totalizando neste momento
232 102 mil euros. A Senhora Presidente esclareceu que esta dívida vem do executivo presidido
233 por Mário Almeida, ainda antes da união das Freguesias.-----

234 A Presidente da Junta e o Executivo participaram em diversas iniciativas locais, nomeadamente
235 eventos promovidos por associações culturais e recreativas, bem como na entrega de presentes
236 na Escola Básica e na Creche de Moimenta da Serra. Foram igualmente cedidas instalações da
237 Junta a várias entidades para a realização de atividades de interesse comunitário, educativo e
238 social.-----

239 Posto isto, foi aberta a discussão aos membros da Assembleia. Em resposta às questões
240 deixadas pela Senhora Presidente, os Membros da Assembleia Eduardo Trepado e Carlos
241 Videira confirmaram que tudo o que tinha sido apresentado relativamente ao desvio de dinheiro
242 era verdade. Confirmaram que só após terem recebido os extratos do CTT é que confirmaram
243 que efetivamente a funcionária Marta Costa tinha cometido um erro e que esse erro terá sido
244 assumido pela própria como referido no relatório entregue ao atual executivo. Confirmaram
245 que, caso se mantivessem em funções, atuariam de acordo com o referido no relatório, mas,
246 como estavam no término do mandato, quiseram deixar ao critério do atual executivo, alegando
247 que já não tinham tempo para abrir um processo disciplinar. A Senhora Presidente e o deputado
248 Luís Gonzaga discordaram por dois motivos, em primeiro porque um roubo deve ser sempre
249 comunicado às autoridades, mais ainda por se tratar de dinheiro público, em segundo porque o
250 acordo referido no relatório entregue ao atual executivo é totalmente ilegal tendo sido
251 confirmado por advogado.-----

252 O deputado Eduardo Trepado esclareceu ainda que o objetivo do acordo foi proteger a
253 funcionária Marta Costa tendo em conta a situação familiar e económica da mesma.-----

254 Neste seguimento, foi ainda questionado pela Presidente de Junta ao anterior executivo como
255 geriu esse desvio de dinheiro em termos contabilísticos, tendo em conta que a apresentação de
256 contas não refletia esse desvio. Em resposta a esta questão, o executivo anterior esclareceu que
257 terá assumido essa dívida e, pelo facto de não terem tido tempo de fazer uma revisão
258 orçamental, tal não vinha refletido na apresentação de contas por eles apresentada.-----

259 **4. Apresentação, Discussão e Votação da Proposta de Orçamento e Plano Plurianual de** 260 **Investimentos para o ano 2026**



UNIÃO DE FREGUESIAS DE MOIMENTA DA SERRA E VINHÓ

261 O Presidente da Assembleia convidou a Senhora Presidente da Junta de Freguesia a apresentar
262 a proposta de orçamento e plano plurianual de investimentos para o ano 2026.-----

263 A Senhora Presidente da Junta apresentou a proposta de orçamento, salientando que se trata de
264 um orçamento equilibrado que reflete a situação financeira da Junta de Freguesia. Indicou que
265 o orçamento foi elaborado tendo em conta a herança financeira dos anteriores executivos,
266 nomeadamente a dívida de 102 mil euros devida ao IFAP.-----

267 A Presidente referiu que as grandes prioridades estratégicas do orçamento são: pagamento da
268 dívida, medida prioritária para regularizar a situação financeira; investimento em
269 infraestruturas - requalificação de caminhos e espaços públicos; apoio à comunidade -
270 manutenção de apoios às associações e população e contenção de custos - equilíbrio entre
271 receita e despesa.-----

272 Salientou que a Junta é altamente dependente de transferências públicas, tendo receitas próprias
273 limitadas. Indicou que será necessário manter uma contingência financeira rigorosa durante
274 este primeiro ano de mandato, mas que se espera melhorar a situação nos anos seguintes.-----

275 A Presidente mencionou ainda a intenção de aumentar as receitas próprias através de atividades
276 que permitam complementar o financiamento, bem como a execução de obras pendentes do
277 anterior executivo.-----

278 A Presidente da Junta solicitou à Mesa a permissão para ser dada a palavra ao contabilista cujos
279 serviços foram contratualizados, para expor detalhadamente o documento previsional de
280 receitas e despesas. O contabilista referiu que se trata de um orçamento realista tendo
281 apresentado as várias rubricas e os valores indexados. Assim sendo, o total de receita é
282 221.000.00 euros, com 177.700.00 euros de receita corrente e 43.300.00 euros de capital; o
283 total de despesa é 221.000.00 euros, com despesas correntes no valor de 99.737.65 e despesas
284 de capital no valor de 121,262,35, conforme Anexo II.-----

285 O Presidente da Assembleia pôs em discussão este ponto, dando a palavra aos Membros da
286 Assembleia da oposição inscritos para o efeito.-----
287 -----

288 O deputado Eduardo Trepado, em concordância com o deputado Carlos Videira, sugeriram a
289 substituição do texto relativamente à rubrica "Dívidas de Executivos Anteriores", pelo facto de
290 este induzir a população em erro. Foi esclarecido que a multa da ASAE foi devida ao
291 desconhecimento da legislação relativamente aos parques infantis, que após vistoria iniciaram
292 imediatamente a devida regularização. Relativamente às obras em curso com pagamentos
293 pendentes, não deveriam também estas ser consideradas dívidas, uma vez que se trata de
294 obrigações de pagamentos decorrentes de trabalhos executados ou em execução e não de
295 dívidas do anterior executivo.-----

296 Finalizada a discussão, o Presidente da Mesa colocou em votação a proposta de orçamento e
297 plano plurianual de investimentos para o ano 2026.-----

298 Terminada a votação, deliberou-se que o orçamento foi aprovado por unanimidade, com os sete
299 Membros da Assembleia da Assembleia a votarem favoravelmente.-----

300 -----



UNIÃO DE FREGUESIAS DE MOIMENTA DA SERRA E VINHÓ

301 **5. Apresentação, Discussão e Votação do Mapa de Pessoal**

302 Passou-se ao terceiro ponto da ordem do dia. O Presidente da Assembleia convidou novamente
303 a Senhora Presidente da Junta de Freguesia a apresentar o Mapa de Pessoal.-----

304 A Senhora Presidente apresentou o Mapa de Pessoal, indicando que o mesmo contempla a
305 estrutura de pessoal necessária para o funcionamento da União de Freguesias, com base nos
306 contratos existentes e na duração dos mesmos.-----

307 A apresentação foi rececionada pela Assembleia sem comentários ou apreciações adicionais.
308 Colocada a votação, o Mapa de Pessoal foi aprovado por unanimidade, com os 7 Membros da
309 Assembleia da Assembleia a votarem favoravelmente.-----
310 -----

311 O Mapa de Pessoal encontra-se anexado a esta ata como Anexo III.-----

312 **6. Apreciação da Situação Financeira e Votação de Contas Transitadas do Anterior** 313 **Executivo**

314 Passou-se ao quarto e último ponto da ordem do dia. O Presidente da Assembleia convidou
315 novamente a Senhora Presidente da Junta de Freguesia a apresentar a apreciação da situação
316 financeira e as contas transitadas do anterior executivo.-----

317 Tomando a palavra, foi explicado que o que refere a lei é que caso o anterior executivo não
318 tenha deixado as contas aprovadas, o executivo seguinte tem obrigatoriamente de proceder à
319 submissão das mesmas junto do Tribunal de Contas. Tendo em conta que o atual executivo
320 desconhece as contas anteriores ao seu mandato, teria sido conveniente estes membros terem
321 procedido à aprovação das suas contas com o término de funções. Além disso, a aprovação de
322 contas entre 1 de janeiro e 31 de outubro apenas foram rececionadas a 10 de dezembro, após
323 solicitação por ofício da atual Presidente de Junta.-----

324 Colocadas a votação as contas transitadas do anterior executivo, o resultado foi o seguinte:---

325 - 3 votos a favor (Membros da Assembleia da oposição)-----
326 -----

327 - 3 votos de abstenção (Membros da Assembleia eleitos pelo novo executivo)-----
328 -----

329 - 1 voto contra (deputado eleito pelo novo executivo)-----

330 O deputado Luís Gonzaga votou contra, fazendo uma declaração de voto, na qual justifica a
331 sua posição pelas irregularidades relativas ao roubo de valores do cofre e ao desvio de dinheiro
332 do CTT, considerando que existia matéria para comunicação ao Ministério Público, diligência
333 que não foi assumida. -----

334 **Período Depois da Ordem do Dia**

335 **7. Intervenção do Público**



UNIÃO DE FREGUESIAS DE MOIMENTA DA SERRA E VINHÓ

336 Passou-se ao período depois da ordem do dia, momento destinado à intervenção do público. O
337 Presidente da Assembleia convidou os cidadãos presentes a fazer as suas intervenções, pedindo
338 que procedessem à respetiva inscrição e indicassem o seu nome antes de intervir.-----

339 Primeira Intervenção - **Senhor Armando Duarte** -----

340 O senhor Armando Duarte, proprietário de um terreno contíguo à propriedade onde se
341 efetuaram parcerias entre a Junta de Freguesia e a proprietária Ana Filipa, apresentou uma
342 questão muito importante relacionada com a cedência indevida de terreno público baldio
343 pertencente à Junta de Freguesia. -----

344 O Senhor Armando referiu que, no âmbito da sua intervenção, a Junta entrou para dentro do
345 seu terreno, junto ao caminho, cerca de um metro. Deixou bem vincado que, através desta
346 parceria, a Junta cedeu sensivelmente três metros em largura de terreno público baldio que era
347 propriedade da Junta de Freguesia. Esclareceu que se trata de terreno baldio que não pode em
348 face da lei ser cedido pela Junta de Freguesia a privados. Indicou ainda que este terreno baldio
349 entrava em curva, tipo ferradura, para dentro do seu terreno, e que agora se encontra dentro da
350 sua propriedade. -----

351 Relativamente às circunstâncias que originaram esta cedência indevida, o Senhor Eduardo
352 Trepado referiu que a proprietária Ana Filipa transmitiu à Junta que todo o terreno ao longo da
353 estrada até aos pilares com o sinal de "proibido entrar" era propriedade dela, desconhecendo a
354 junta que o senhor Armando também ali tinha terreno. O Senhor Eduardo Trepado confirmou
355 que confiou nesta informação e que, aquando das medições conjuntas com a Junta de Freguesia
356 e o casal (Ana Filipa e Luís Fazenda), se orientaram por marcos antigos e cruzeiros já existentes.
357 O Senhor Eduardo Trepado esclareceu que era precisamente junto a esses marcos e cruzeiros que
358 o terreno baldio pertencente à Junta foi cedido em sensivelmente três metros, junto ao caminho
359 da cabine e que esses marcos e cruzeiros foram posteriormente removidos com a feitura do muro.
360 Sugeriu ainda que, a parte do baldio cedida e que está neste momento dentro da propriedade
361 do senhor Armando só o beneficiava, pois ficava com mais terreno. -----

362 O Senhor Armando apresentou fotografias e caderneta predial (anexas a esta ata - Anexo IV),
363 que comprovam a ocupação indevida do terreno baldio público. Indicou ainda que existe
364 documentação que clarifica a localização exata do seu terreno e a natureza pública do baldio
365 que foi cedido. O Senhor Armando deseja colaborar com a Assembleia para a resolução desta
366 situação, solicitando que a Junta de Freguesia atual verifique com rigor a documentação por
367 ele deixada e proceda à investigação das circunstâncias que originaram a cedência indevida de
368 terreno público.-----

369 A Assembleia tomou nota desta questão, tendo sido entregue documentação relativa à
370 localização do terreno, caderneta predial, fotografias e alegações detalhadas para posterior
371 verificação. Dado que esta situação se relaciona com decisões do anterior executivo e envolve
372 potencial cedência indevida de terreno público baldio, a Presidente de Junta referiu que iria



UNIÃO DE FREGUESIAS DE MOIMENTA DA SERRA E VINHÓ

373 procurar esclarecimentos em atas redigidas e solicitar parecer jurídico a fim de se poder
374 clarificar este assunto e determinar as responsabilidades e medidas corretivas necessárias.-----

375 Segunda Intervenção - **Senhora Manuela Simões** -----

376 A Senhora Manuela Simões, proprietária de um alojamento local, apresentou uma questão
377 relacionada com problemas de drenagem de água na sua propriedade. Indicou que a água não
378 está a ser bem canalizada, apesar de duas intervenções realizadas pelo anterior executivo. ----

379 A Senhora Manuela referiu que existe um desnível que obriga a que a água se acumule na sua
380 propriedade, causando problemas. Segundo a mesma, a “cota” de chegada não está correta,
381 havendo um grande desnível da via pública, não existindo um encaminhamento correto das
382 águas. Solicitou que a Junta de Freguesia atual verifique com os empreiteiros ou departamento
383 de engenharia da Câmara Municipal de Gouveia a melhor forma de resolução deste problema.

384 A Presidente da Junta comprometeu-se a verificar junto dos empreiteiros e CM Gouveia a
385 resolução desta questão. -----

386 A Senhora Manuela terminou a sua intervenção manifestando total desacordo com o anterior
387 executivo, no que diz respeito à forma como procedeu relativamente aos desvios de dinheiros
388 públicos da Junta de freguesia, quer em relação aos desvios nos CTT's, quer em relação ao
389 alegado roubo do cofre com o valor dos almoços do passeio organizado pela junta. Salientou
390 ainda que os titulares de cargos públicos podem dispor dos seus recursos pessoais como
391 entenderem, mas que tal não se aplica a verbas públicas, cuja gestão deve obedecer a critérios
392 de legalidade a transparência. -----

393 Terceira Intervenção - **Senhora Vitória Ferreira** -----

394 A senhora Vitória Ferreira pediu a palavra para questionar o anterior executivo sobre o motivo
395 de estes não terem pago a dívida herdada do executivo presidido pelo professor Mário Alberto
396 em vez de fazerem obras novas. Em resposta, o ex presidente de Junta Carlos Coelho, explicou
397 que também não lhes foi transmitido pelo executivo que lhes antecedeu, a existiria deste
398 processo. Explicou ainda que apenas em junho de 2025, altura em que foram convocados para
399 uma reunião com um advogado, lhes foi comunicada a situação da possível necessidade do
400 pagamento desta dívida, tendo o executivo recorrido da decisão com o apoio da sua Assembleia
401 de Freguesia através de um voto de solidariedade. -----

402 A senhora Vitória manifestou ainda o seu desagrado perante o desaparecimento de dinheiro da
403 junta de freguesia e dos CTT. -----

404 Quarta Intervenção - **Senhor David Ferreira** -----

405 O senhor David Ferreira, relativamente à falta de alguma documentação, apresentou a sua
406 opinião sobre o email da Assembleia de Freguesia ter sido apagado. Indicou que existe
407 correspondência importante que poderá ter sido perdida e questiona sobre a forma como será
408 possível recuperar esta informação.-----

409 Referiu ainda que a Assembleia anterior tinha correspondência importante que pode ter sido
410 eliminada indevidamente. -----



UNIÃO DE FREGUESIAS DE MOIMENTA DA SERRA E VINHÓ

411 A Assembleia tomou nota desta questão, sendo indicado que será necessário contactar
412 novamente o Presidente da Assembleia cessante e verificar a possibilidade de recuperação da
413 correspondência. -----

414 Quinta Intervenção - **Senhora Vanessa Borges** -----

415 A Senhora Vanessa Borges apresentou uma questão relacionada com um apoio para botijas de
416 gás que foi prometido à população, mas que não chegou a ser entregue a todos os fregueses,
417 embora tenham sido contactados no sentido de receberem o valor em questão. -----

418 Pôs em causa o facto de o Sr. Eduardo Trepado lhe ter indicado que a sua mãe não teria direito
419 a este apoio, tendo ela confirmado junto da segurança social que por usufruir de tarifa social
420 poderia beneficiar do mesmo. -----

421 A Presidente da Junta comprometeu-se a fazer um levantamento das situações de apoio para
422 botijas de gás e a verificar o motivo da não entrega do apoio à população. -----

423 Após as intervenções do público, o Presidente da Assembleia agradeceu a presença e
424 participação dos cidadãos incentivando à participação ativa nas sessões seguintes. -----

425 A senhora presidente de Junta tomou a palavra para agradecer os fregueses que colaboraram
426 nas fogueiras de Natal da freguesia, destacando os senhores João Borges, Fernando Almeida e
427 Renato Viegas. -----

428 Nada mais havendo a tratar, pelo Senhor Presidente da Assembleia foi declarada encerrada a
429 reunião pelas dezanove horas e quinze minutos, da qual e para constar se lavrou a presente ata
430 que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente da Assembleia e pelos
431 respetivos secretários. -----

432 -----

Presidente da Assembleia de Freguesia

(Nuno Gonçalo Pinheiro)

Secretária da Assembleia de Freguesia

(Inês Basílio)

Segundo Secretário da Assembleia de Freguesia

(Luís Gonzaga)